
	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 0356/2026
				FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA				
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO				

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Descrição do objeto: Contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões de vale alimentação eletrônico/magnético ou com chip, com senha pessoal, para recargas mensais, solicitados conforme demanda, destinado aos servidores da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, RJ, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais municipais cadastrados na Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, RJ.

1.2 – O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E QUANTITATIVOS:

Item	Descrição do Objeto	Unid.	Catmat	QTD. Estimada de Servidores	Valor de encargos de serviços	QTD. Estimada de Servidores	Valor Mensal do Benefício por Servidor	Valor mensal total dos servidores	Valor Anual Total (R\$)
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento do cartão Vale Alimentação, sem taxa administrativa para gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões de vale alimentação eletrônico/magnético ou com chip, com senha pessoal, para recargas mensais solicitadas conforme a demanda, destinado aos servidores efetivos do município de Trajano de Moraes.	Serviço	14109	602	00%	602	200,00	R\$ 120.400,00	R\$ 1.444.800,00

2.1. ENQUADRAMENTO DOS BENS

2.1.1. O serviço a ser adquirido é classificado como comum, nos termos do art. 2º, inciso XXXII, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de itens cujas especificações seguem padrões usuais de mercado, permitindo a definição objetiva de desempenho e qualidade no edital.

Por não apresentarem alta complexidade, são amplamente disponíveis e de fácil comparação entre fornecedores. Essa classificação viabiliza a adoção de procedimento licitatório simplificado, justificando, assim, a escolha pelo modelo de contratação de serviços comuns.

Nos termos do Decreto Municipal nº 087/2023, ressalta-se, ainda, que não há bens de luxo entre os itens a serem adquiridos, conforme o disposto no inciso I do mesmo dispositivo.



2.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e do Decreto Municipal nº 087/2023.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

3.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 05 (anos) anos, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

3.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0356/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

3.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021): Considerando que a contratação será realizada com base em percentual de desconto aplicado sobre a taxa administrativa, não havendo definição de valor contratual fixo, bem como em razão da natureza do objeto que consiste na administração e gerenciamento de cartões de vale alimentação não há base econômica para aplicação de índices de correção ou reajuste inflacionário.

Dessa forma, não haverá previsão de reajuste de preços durante a vigência contratual, permanecendo inalterado o percentual da taxa ofertado pela contratada ao longo de toda a execução do contrato.

4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Interesse público:** A contratação dos serviços de administração e gerenciamento de Cartão Vale-Alimentação tem por finalidade assegurar a concessão regular, contínua e eficiente do benefício alimentar aos servidores efetivos do Município de Trajano de Moraes, contribuindo para sua valorização e refletindo positivamente na qualidade dos serviços prestados à população.

A solução contempla a utilização de sistema eletrônico seguro e rastreável, com recargas mensais, controle das operações e disponibilização de informações gerenciais, promovendo transparência, eficiência administrativa e adequado controle dos recursos públicos.

A contratação possibilita a otimização dos processos administrativos, reduzindo atividades operacionais internas, mitigando riscos de falhas e assegurando economicidade, planejamento e previsibilidade da despesa, atendendo ao interesse público e aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

4.2. **Metodologia do Quantitativo:** O quantitativo estimado foi definido com base no número de servidores efetivos do Município de Trajano de Moraes aptos a serem contemplados com o Cartão Vale-Alimentação, considerando os registros funcionais atualizados e a manutenção do benefício ao longo do período de vigência contratual. A metodologia adotada visa assegurar a cobertura integral dos beneficiários, a continuidade do benefício e a adequada previsão orçamentária, em observância aos princípios da razoabilidade, planejamento e eficiência administrativa.

4.3. **Justificativa do Quantitativo Solicitado:** O quantitativo solicitado fundamenta-se no número de servidores efetivos do Município de Trajano de Moraes aptos ao recebimento do Cartão Vale-Alimentação, conforme dados extraídos da folha de pagamento vigente, que reflete o quadro atual de pessoal. A estimativa adotada visa assegurar o atendimento integral dos beneficiários ao longo de toda a vigência contratual, garantindo a continuidade do benefício, bem como a adequada previsão orçamentária e o controle da despesa pública, em observância aos princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e planejamento.



5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Estudo Técnico Preliminar nº 012/2026 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

5.2. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. O benefício do Cartão Alimentação é concedido de forma contínua aos servidores municipais desde 2020, estando consolidado como instrumento de valorização funcional, apoio à subsistência e melhoria das condições de trabalho. Considerando o término do contrato vigente previsto para março de 2026, faz-se necessária a adoção antecipada das providências administrativas para garantir a continuidade do benefício, evitando prejuízos aos servidores e riscos à regularidade administrativa.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0356/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

A Administração Municipal não dispõe de estrutura própria para operacionalizar, gerenciar e controlar o benefício, o que torna indispensável a contratação de empresa especializada, capaz de assegurar soluções tecnológicas adequadas, ampla rede credenciada, segurança das transações e suporte contínuo.

A contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, configurando-se como ação continuada já incorporada à rotina administrativa e às políticas de gestão de pessoas do Município de Trajano de Moraes, razão pela qual se justifica a instauração do presente processo administrativo, precedido do respectivo Estudo Técnico Preliminar.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para administração e gerenciamento do Cartão Vale-Alimentação dos servidores efetivos do Município de Trajano de Moraes, abrangendo a emissão, distribuição, recarga mensal, controle operacional, suporte técnico e disponibilização de relatórios gerenciais.

O benefício será operacionalizado por meio de cartões eletrônicos, magnéticos ou com chip, com mecanismos de segurança e plataforma de gestão que assegurem controle, rastreabilidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A contratação será realizada por Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o maior percentual de desconto para chegar a menor taxa administrativa, garantindo a proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias dos serviços fornecidos a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

6.3. As despesas do serviços aqui citadas deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

6.5. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): A empresa contratada será responsável pelo fornecimento das informações técnicas necessárias à correta instalação, operação e utilização dos equipamentos. Deverá assegurar, durante o prazo de garantia de cada item, a prestação de assistência técnica adequada, de modo a garantir a plena funcionalidade dos equipamentos.

Sempre que necessário, a assistência técnica deverá ser realizada por profissional especializado, de forma presencial ou remota, desde que os meios adotados se mostrem eficazes para a solução das eventuais ocorrências que impeçam ou restrinjam a utilização dos equipamentos.

6.6. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será aplicado.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)



7.1. Sustentabilidade:

7.1.1 III.5.1 Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviço de gerenciamento de benefício por meio de Cartão Alimentação, sem fornecimento direto de bens físicos pela contratada, os critérios de sustentabilidade aplicáveis limitam-se às práticas operacionais adotadas na execução do serviço, observando-se o princípio da razoabilidade.

III.5.2 Nesse sentido, a contratada deverá:

- priorizar o uso de plataformas digitais, sistemas eletrônicos e meios remotos de atendimento, reduzindo a utilização de papel e insumos físicos;



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		<p>PROCESSO: 0356/2026</p> <p>FOLHA: _____</p> <p>RÚBRICA: _____</p>
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p>(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

- adotar práticas administrativas que contribuam para a racionalização do consumo de recursos, sempre que compatíveis com a natureza do serviço;
- observar a legislação ambiental vigente, naquilo que for aplicável à sua atividade.

III.5.3 Não serão exigidos critérios de sustentabilidade relacionados à produção, destinação de resíduos sólidos ou processos industriais, por não guardarem relação direta com o objeto da contratação.

7.1.2 Da vedação de contratação de marca ou produto: Não será exigido.

7.1.3 Indicação de marcas ou modelos: Não será exigido.

7.1.4 Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido

7.1.5 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos equipamentos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigida a apresentação de amostra ou demonstração dos serviços.

7.1.6. DA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA

7.1.6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar solução tecnológica para a gestão do benefício de Cartão Alimentação, assegurando segurança, confiabilidade e facilidade de acesso aos usuários.

7.1.6.2. A solução deverá contemplar plataforma de autosserviço, por meio de aplicativo compatível com os sistemas **Android e iOS**, permitindo ao beneficiário o acesso às informações do benefício.

7.1.6.3. O aplicativo deverá permitir, no mínimo:

- a) consulta de saldo e extrato;
- b) bloqueio e desbloqueio do cartão;
- c) consulta à rede de estabelecimentos credenciados;
- d) canal de atendimento ao usuário.

7.1.7. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS

7.1.7.1. A CONTRATADA deverá manter rede de estabelecimentos credenciados aptos à comercialização de gêneros alimentícios, tais como supermercados, mercados, padarias, açougues, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos de hortifrúti (frutas e verduras).



7.1.7.2. A rede credenciada deverá estar localizada no perímetro do Município de Trajano de Moraes/RJ, devendo ser ampliada durante a execução contratual, sempre que houver interesse dos comerciantes locais e solicitação da Administração.

7.1.7.3. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da convocação para assinatura do contrato, a existência de no mínimo 6 (seis) estabelecimentos credenciados no Município.

7.1.7.4. Para fins de garantia mínima de atendimento aos beneficiários, a rede credenciada deverá contemplar, preferencialmente:

- a) no mínimo 3 (três) supermercados ou mercados;
- b) no mínimo 1 (uma) padaria;
- c) no mínimo 1 (um) açougue;
- d) no mínimo 1 (um) estabelecimento de frutas e verduras.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		<p>PROCESSO: 0356/2026</p> <p>FOLHA: _____</p> <p>RÚBRICA: _____</p>
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p>(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

7.1.7.5. A comprovação da rede credenciada será realizada mediante apresentação de documentação que demonstre vínculo entre a CONTRATADA e o estabelecimento comercial.

7.1.7.6. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada, a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados.

7.1.7.7. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo reembolso dos valores utilizados pelos beneficiários junto aos estabelecimentos credenciados, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

7.1.8. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

7.1.8.1. Os cartões deverão ser entregues aos beneficiários no prazo máximo de **7 (sete) dias úteis**, contados da solicitação formal da Secretaria Municipal de Administração.

7.1.8.2. A disponibilização dos créditos deverá ocorrer no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após a solicitação da Administração.

7.1.8.3. O crédito mensal do benefício deverá ser efetivado, preferencialmente, até o **primeiro dia útil de cada mês**.

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021);

8.1. O prazo para entrega dos materiais será de até 15(quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação de entrega pela empresa contratada, condicionado à prévia emissão da Nota de Empenho.

8.2. O objeto do contrato deverá ser entregue nas dependências do almoxarifado da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situado a Rua Doutor João Guimarães - Centro - Trajano de Moraes - RJ**, de Segunda à sexta-feira, conforme solicitação posteriormente comunicada.

8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.

8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).



8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, tendo em vista a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços continuados de administração e gerenciamento de Cartão Vale-Alimentação, remunerados por taxa administrativa, sem desembolso antecipado de recursos públicos e com pagamento condicionado à efetiva execução dos serviços.

9.2. Os riscos inerentes à execução contratual são mitigados pelos mecanismos de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pelas penalidades administrativas previstas na legislação vigente e no



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0356/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

instrumento contratual, não se mostrando necessária a exigência de garantia, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021);

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

10.3. Garantir que os serviços solicitados produzam os resultados desejados, é essencial considerar um processo abrangente que cubra todo o ciclo de vida da aquisição.

Ao seguir esse ciclo de vida completo para o serviço, a administração pública pode garantir que a contratação atenda efetivamente às necessidades administrativas e cumpra os planos traçados, garantindo transparência, eficiência e qualidade em todo o processo.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021);

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a realização do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Ficam indicados como futuros responsáveis pela fiscalização (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e pela gestão do contrato os seguintes servidores (se for o caso):

- **Fiscal do futuro contrato:** Verônica Tomaz Fagundes – Matrícula: 4178
- **Gestor do futuro contrato:** Robson Verônica Tomaz Fagundes – Matrícula: 4178

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133/2021)

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observada a ordem cronológica de pagamento por fonte diferenciada de recursos, em conformidade com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento da emissão da **Nota de Liquidação** pelo órgão contratante.



13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, da Lei nº 14.133/2021)

13.1. Sistema de Registro de Preços

A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços:

(**X**) NÃO () SIM



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0356/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

13.2. Forma de Seleção e Critério de Julgamento

13.2.1. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, c/c art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. O critério de julgamento adotado será o de **maior desconto** para se obter **menor taxa administrativa**, expressa em **percentual**, incidente sobre o valor dos créditos a serem disponibilizados aos servidores.

13.2.3. A adoção desse critério é compatível com a natureza do objeto, uma vez que a remuneração da contratada decorre exclusivamente da taxa administrativa ofertada, promovendo competitividade, transparência e observância aos princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1. Habilitação Jurídica

14.1.1. Empresa Individual

a) Documento de identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial.

14.1.2. Sociedade Empresária (LTDA, S.A., ME ou EPP)

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com alterações ou versão consolidada, devidamente registrados, e ata de eleição da diretoria, se aplicável.

14.1.3. Sociedade Civil

a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

14.1.4. Empresa Estrangeira

a) Decreto de autorização para funcionamento no País, devidamente arquivado.

14.1.5. Cooperativa

- a) Ato constitutivo e estatuto social registrados;
- b) Relação dos cooperados;
- c) Termo de compromisso de responsabilidade solidária.

14.1.6. Microempreendedor Individual – MEI

a) Documento de identidade e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

14.1.7. Consórcio de Empresas



- a) Compromisso de constituição do consórcio;
- b) Indicação da empresa líder;
- c) Documentação de habilitação de cada consorciada;
- d) Declaração de responsabilidade solidária;
- e) Compromisso de constituição e registro do consórcio;
- f) Indicação de representante no Brasil, quando houver empresa estrangeira.

14.1.8. Declaração Conjunta, conforme modelo do edital.

14.2. Qualificação Técnica

14.2.1. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de serviços compatíveis com o objeto.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0356/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

14.2.2. Declaração de que a licitante apresentará, no momento da assinatura do contrato, **no mínimo 6 (seis) estabelecimentos credenciados** no Município de Trajano de Moraes/RJ, aptos à comercialização de gêneros alimentícios, tais como supermercados, mercados, mercearias, açougues, padarias, estabelecimentos de hortifruti (frutas e verduras) ou similares.

14.2.3. A comprovação da rede credenciada será feita mediante relação contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço e telefone, facultada a realização de diligências.

14.2.4. As exigências são proporcionais ao objeto e atendem ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Declaração do Fornecedor

14.3.1. Declaração, em papel timbrado, assinada pelo representante legal, atestando que:

- I – tem pleno conhecimento das condições do objeto;
- II – está ciente da quantidade de servidores beneficiários;
- III – possui capacidade técnica, operacional e logística;
- IV – compromete-se a cumprir integralmente as obrigações contratuais.

14.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 14.4.1.** CPF ou CNPJ;
- 14.4.2.** Regularidade com a Fazenda Nacional;
- 14.4.3.** Inscrição estadual ou municipal;
- 14.4.4.** Regularidade com a Fazenda Municipal;
- 14.4.5.** Regularidade com a Fazenda Estadual;
- 14.4.6.** Regularidade com o FGTS;
- 14.4.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 14.4.8.** Regularidade com a Dívida Ativa Estadual;
- 14.4.9.** Declaração de isenção tributária, quando aplicável.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira



- 14.5.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021).
- 14.5.2.** Certidões sem prazo de validade terão validade de 90 dias.
- 14.5.3.** Em caso de recuperação judicial, comprovação de homologação do plano.
- 14.5.4.** Balanços patrimoniais e demonstrações contábeis dos **2 últimos exercícios**, registrados na forma da lei.
- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- b) Declaração assinada por contador habilitado.
- 14.5.5.** Empresas constituídas há menos de 2 anos poderão apresentar balanço de abertura.
- 14.5.6.** Caso algum índice seja ≤ 1 , será exigido patrimônio líquido mínimo de **10% do valor global estimado**.

13.3 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO:

13.3.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.3.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 0356/2026
			FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center"> <input checked="" type="checkbox"/> PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO </p>			

habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.3.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.3.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

14.1. Consórcios

- a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
- b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes por todos os atos praticados pelo consórcio;
- c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

14.2. Cooperativas

- a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1 A subcontratação não será admitida, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento e gerenciamento integrado do benefício de Cartão Alimentação, abrangendo a gestão dos créditos, plataforma tecnológica, rede credenciada, atendimento aos usuários e suporte técnico.



Trata-se de serviço que exige execução direta, contínua e centralizada pela empresa contratada, de modo a assegurar a segurança das operações, a rastreabilidade dos créditos, a regularidade da prestação do serviço e o cumprimento integral das obrigações contratuais, sendo a execução direta condição essencial para a adequada fiscalização e controle contratual.

15.2 – As obrigações da contratada estão detalhadas no presente Termo de Referência, documento que orienta a execução e a fiscalização contratual.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

16.1. O custo estimado preliminar da contratação é de R\$ 1.444.800,00 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais.).



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 0356/2026
				FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA				
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO				

Item	Catser	Especificação	Unid.	QTD. Estimada de Servidores	Valor de encargos de serviços	Valor Mensal do Benefício por Servidor	Valor mensal total dos servidores	Valor Anual Total (R\$)
01	14109	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento do cartão Vale Alimentação, sem taxa administrativa para gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões de vale alimentação eletrônico/magnético ou com chip, com senha pessoal, para recargas mensais solicitadas conforme a demanda, destinado aos servidores efetivos do município de Trajano de Moraes.	Serviço	602	00%	200,00	R\$ 120.400,00	R\$ 1.444.800,00
Um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais.								

16.2 Ressalta-se que o percentual inicialmente indicado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) não decorreu de cotação preliminar de mercado, tendo sido definido com base no contrato anteriormente vigente, possuindo caráter meramente referencial e não vinculante.

Considerando a natureza do objeto, cuja disputa ocorre exclusivamente pelo percentual da taxa administrativa, e a inexistência de valor fixo a ser atualizado, não se mostrou aplicável, naquele momento, a realização de pesquisa específica para fins de revisão da estimativa.

Ainda assim, recomenda-se que o Núcleo de Compras realize levantamento e consolidação dos percentuais praticados em contratações similares, mediante consulta a contratações públicas vigentes, atas de registro de preços e demais fontes admitidas, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, especialmente para subsidiar a análise de aceitabilidade das propostas, nos termos do art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

Tal providência reforça o planejamento da contratação, amplia a segurança jurídica do certame e assegura a observância dos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)



17.1. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é (são):

Secretaria Municipal de Administração e Reestruturação	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
	07000412200012005	33994600	17040000	041

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Conforme explanado, constata-se que a solução mais adequada para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Reestruturação é a realização de certame licitatório, visando suprir a demanda da referida Secretaria.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0356/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

18.2 O critério utilizado será o de menor preço unitário, por meio de Pregão Eletrônico.

19. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:

Anexo I – Memória de Cálculo.

<p>Encaminha-se o presente Termo de Referência para ciência e análise do (a) Secretário (a) da pasta. Este Núcleo de Planejamento informa que o referido Termo, foi realizado de acordo com as informações apresentadas no DFD (Documento de Formalização de Demanda), elaborado pela Secretaria solicitante.</p> <p>Trajano de Moraes, 22 de janeiro de 2026.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Matrícula: 4428</p> <p>Renato Martins Bueno Matrícula: 4412</p> <p>Verônica Tomaz Fagundes Matrícula: 4178</p>	<p>De acordo com Termo de Referência.</p> <p>Gerson Gonçalves Neves Filho Secretário Municipal de Administração e Reestruturação Matrícula: 13586</p>
---	--

